

Ao vigésimo sexto dia do mês de agosto de 2021, ocorreu presencialmente a reunião acerca da criação de um Parque Marinho no entorno do Parque Estadual Ilha Anchieta (PEIA) com representantes da Fundação Florestal (FF) e do Ministério Público Federal. A reunião teve início às 13:30, virtualmente, pela plataforma Zoom. Estavam presentes: Gabriela Carvalho (PEIA), Priscila Saviolo (PEIA/FF), Maria Rezende Capucci (PR - PR.SP), Diego Hernandes (DLN/FF), Leandro Caetano (GLN/FF) e Rodrigo Victor (FF). Priscila inicia a apresentação. Expõe as manifestações que já vem sendo colocadas nas reuniões setoriais. Menciona o receio da pesca artesanal sobre a fiscalização e o ato tendente e diz que o texto construído para o PM da APAMLN será incorporado no projeto. Menciona a zona de amortecimento e diz que esta será definida no plano de manejo, mas que já será incorporado na criação que em relação a normativas, a ZA seguirá o proposto pelo PM da APAMLN, que o que poderá ser criado posteriormente são projetos e programas de gestão. Menciona o descontentamento com o não andamento do PM da APAMLN e que este processo não está totalmente na governabilidade da FF. Rodrigo Victor menciona o desejo das comunidades em instalar artes de pesca, como cerco e maricultura, mas que são normativas que já ocorriam e que não haverá possibilidade de ser retomadas. Menciona o caso do Seu Joel e que está sendo considerado para os programas de gestão. Maria pergunta sobre a interdição de pesca. Priscila responde que é uma Portaria SUDEPE. Maria comenta que deve haver uma expectativa de que um dia caia esta portaria e que o Parque impedirá isso. Pergunta também sobre o Seu Joel e sobre a demanda de apoio e inclusão do resgate histórico, se já há algum processo aberto para esta inclusão, uma vez que o PEIA já é um Parque. Se coloca favorável à preservação e vê a comunidade tradicional interligada à preservação. Aponta que é preciso estabelecer e intensificar um diálogo, principalmente com as comunidades, para o processo fluir mais. Aponta que no território é difícil desatrelar os processos (falando sobre criação do PEMTP e o PM da APAMLN) e que a FF tem influência no CONSEMA para atuar sobre. Comenta sobre o Cambury e fala que o diálogo é muito importante pois ainda não se estabeleceu uma relação de confiança entre as comunidades e os órgãos ambientais. Destaca que, mais do que para a criação, também para a gestão, seja mantido um diálogo fluido. Frisa que o estabelecimento da confiança não vai ser construído de um dia para o outro e que isso será estabelecido pelo diálogo. Pergunta se estes aspectos antropológicos de resgate histórico e valorização da cultura caiçara já estão sendo considerados na FF, por exemplo no PEIA. Frisa que é importante considerar a sociodiversidade, junto com a biodiversidade. Destaca que são necessárias ações diretas de valorização destas comunidades e a importância de conseguir trazer algum tipo de prestação de contas e projetos palpáveis que possam estar no plano de manejo para essas conversas. O MP pode somar com a FF no sentido de não retroceder as restrições ambientais já existentes. É importante identificar quais são as ações que fazemos que geram resistência e quebram confiança, o que dificulta o apoio da comunidade nos processos. O voto de confiança é dentro da instituição como um todo, não adianta pedir para que as comunidades olhem só para esse recorte. Diego expõe que a FF está fazendo este processo, consultando cada setor quase particularmente, para que essa construção e comunicação seja totalmente aberta. Aponta que os pescadores tradicionais de baixa mobilidade são a única representação tradicional associada a este território, por isso o diálogo com este setor está sendo frequente. Expõe que o acordo com a pesca é que não serão descumpridas normas da marinha e que serão incorporados no decreto os acordos pactuados no PM da APAMLN. Expõe que há uma perspectiva de retorno do andamento do processo do PM da APAMLN. Aponta que mesmo sem o parque, o PM da APAMLN já não permite a pesca na área por ser uma ZPGBio. Aponta que há poucos

ajustes há serem feitos com a comunidade tradicional da pesca e que estes acordos serão firmados e entrarão no texto do decreto de criação da unidade. Expõe que o Seu Joel não era um morador da ilha, e sim um usuário, que ele tinha um rancho e que a restrição veio imposta pelo IBAMA. Comenta que concorda com a restrição, mas que o problema veio pela forma com que veio essa atuação. Expõe que a FF, pela APAMLN tem um projeto de valorização e ampliação da pesca do cerco flutuante e que o Seu Joel pode ser incorporado neste projeto. Maria concorda e acredita que as resistências vêm muito mais pela forma como são feitos os processos e é estabelecida a comunicação, do que pelo conteúdo. Aponta que percebe a melhora na FF do processo dialógico e que isso tem que ser mantido. Comenta que, mesmo sendo somente um cerco, isso é um símbolo de uma opressão que foi imposta e que será um símbolo de resistência. Diz que hoje, pela criação das UCs, ainda é possível se discutir compatibilização de usos com os órgãos ambientais, o que não seria possível se não houvesse as UCs. Aponta que os interesses são convergentes e que é necessário somente limpar os ruídos, se colocando à disposição para auxiliar neste processo de comunicação. Sobre a ZA, é importante que o PM da APAMLN caminhe, uma vez que a ZA do parque estará atrelada a este instrumento. Rodrigo expõe que do ponto de vista estratégico, esta decisão de criar o parque vem do ano passado e que a principal preocupação foi que o processo do PM da APAMLN não contaminasse este e vice-versa, por isso este processo até foi segurado. Aponta que se limitaram aos estudos técnicos e não andaram com o processo participativo para aguardar o encerramento do PM APAMLN e que optaram por seguir com o projeto mesmo assim para aproveitar a oportunidade política de criação. Expõe que acredita que o diálogo está sendo muito bem-feito e que até setembro ainda será trabalhado, até que tudo seja esclarecido. Aponta que até a audiência pública já será possível mostrar resultados deste processo participativo. Convida o MP a participar da audiência pública e pergunta se a ata desta reunião pode ser anexada no processo. Maria responde que fica à critério da FF. Expõe que é importante que se aproveite a janela política para a criação, mas que se necessário, se intensifique o diálogo. Leandro agradece e expõe que, dada a importância desta temática, mesmo encontrando resistência, é importante que seja fortalecido este fórum permanente de diálogo. Maria responde que é importante que se estabeleça um diálogo permanente dos setores (instituições e território). Leandro pede sugestões para estabelecer estas mesas de diálogo. Maria menciona os encontros de Justiça Socioambiental da Bocaina e que um dos encaminhamentos é uma mesa permanente de diálogo e se coloca à disposição para mediar e ajudar a formar este fórum, sugerindo uma aproximação da FF, do FCT, do ICMBio e de outro movimento social representativo das comunidades caiçaras. Aponta que é importante tirar o barulho da comunicação em relação à posição do estado à MP166, que se o desejo for retomar as restrições que isso não seja feito de cima para baixo, sem diálogo, pois o território irá responder com retaliação a todos os processos, que mesmo se for retomar as restrições, que isso seja feito com muito diálogo. Pede o material de apoio do processo. Priscila diz que passará o material e Maria pede que seja disponibilizado pelo procedimento eletrônico. Priscila agradece e encerra a reunião às 15:38.